

## **PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DE RESISTÊNCIA E AS COZINHAS COMUNITÁRIAS DE CURITIBA: ENTRE AS PERIFERIAS DO CENTRO E OS CENTROS DA PERIFERIA**

Autor(01): Kauan Arthur Fonseca Lunardon

Filiação institucional: Universidade Federal do Paraná

E-mail: kauanfonseca@ufpr.br

**RESUMO:** A dinâmica operada por movimentos sociais no contexto da crise de saúde causada pela pandemia de Covid-19 revela não somente o acirramento das dinâmicas capitalistas de exploração, mas principalmente um tipo de inventividade social capaz de fazer frente às mesmas. Na ebulição de cozinhas solidárias, espaços destinados a produção de comida e sua posterior distribuição, ocorrida em Curitiba durante a pandemia, destacamos aqui alguns desses espaços, dentre os quais àqueles organizados por movimentos sociais de luta pela terra, trabalho e moradia. Considerando o espaço social simultaneamente como produto do modo de produção hegemônico e potencial arena de apropriação, entender como operam as “práticas socioespaciais de resistência” (RIBEIRO, 2018) que conduzem a “estratégias socioespaciais” (SOUZA, 2010) parece ser uma maneira interessante para identificar caminhos possíveis de emancipação social.

Palavras-chave: Práticas socioespaciais; ativismos urbanos; espaços diferenciais.

GT – “15”: “Territórios, conflitos e ativismos sociais urbanos”.

### **1 INTRODUÇÃO**

A crise de saúde causada pela pandemia de Covid-19, no contexto político brasileiro de acirramento das políticas neoliberais, não apenas ressalta, mas escancara as contradições e desigualdades presentes no atual estágio do desenvolvimento capitalista. Não por acaso, no mesmo ano em que as exportações de *commodities*, como soja e milho, bateram recordes de lucro, devido a valorização do dólar em relação ao real, o preço dos alimentos básicos sofreu um dos maiores aumentos dos últimos anos, e a fome voltou a ser uma preocupação assustadoramente presente na casa de muitas famílias, e também para muitas famílias sem casa. Nesse duro e trágico cenário, a distribuição de refeições e alimentos *in natura* para pessoas em

situação de vulnerabilidade social, ação presente em várias cidades mesmo antes da pandemia, se intensificou nos últimos dois anos, e especialmente em Curitiba, foi notável o número de coletivos que se formaram com esse objetivo. Nesse artigo, entendendo tais ações como “práticas socioespaciais de resistência” (RIBEIRO, 2018), propomos compreender o trabalho de alguns desses grupos a partir do conceito lefebvriano de “produção diferencial do espaço” (LEFEBVRE, 2013), bem como analisar como as mesmas constituem estratégias socioespaciais de insurgência (SOUZA, 2010).

As cozinhas comunitárias, ou solidárias, são aqui entendidas como espaços responsáveis pela produção e distribuição de refeições para pessoas em situação de vulnerabilidade, principalmente pessoas em situação de rua, trabalhadores informais, imigrantes, artistas de rua, mas também moradores de áreas periféricas e ocupações urbanas. Embrenhada nesse tipo de prática está o exercício imaginativo contido no termo solidariedade. Chamamos de exercício, pois a solidariedade não está dada, senão que deve ser praticada, e imaginativo pois tampouco diz respeito somente a uma responsabilidade ativa, mas remete também a expectativas, desejos e simbolizações. Carvalho (2000) chama a atenção para a substituição da solidariedade espontânea por uma solidariedade mecânica, que dentro do estado de bem-estar social, aparece como emanada por meio dos governantes. Se por um lado, muitas de suas considerações encontraram posteriormente eco nas políticas reformistas características nos governos de coalizão, como os empreendidos pela administração petista (2003-2016), o fato é que atualmente, apesar das pertinentes críticas, até mesmo os avanços sociais obtidos nesse período encontram-se em latente definhão. É então que a solidariedade coletiva, desatrelada do aparato estatal, surge para muitas pessoas como a única alternativa para garantir a sobrevivência.

Um debate interessante e que se faz presente dentro dos coletivos responsáveis pelas ações de entrega de marmitas<sup>1</sup>, é aquele realizado entre a solidariedade e a caridade. Segundo

---

<sup>1</sup> São várias as organizações responsáveis pela distribuição de comida nos espaços públicos, sendo essa uma prática já presente mesmo antes da pandemia. Para o escopo desse trabalho, levamos em conta principalmente três cozinhas: a organizada pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-Curitiba), a organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a organizada pela União de Moradores e Trabalhadores do Bolsão Formosa (UMT), aglomerado habitacional na região periférica de Curitiba. Nesses três espaços, o autor desse artigo participou mais ou menos ativamente durante os anos de 2020, 2021 e 2022 tanto como voluntário, quanto como pesquisador, no âmbito da realização de pesquisa de mestrado a qual esse texto é também um desdobramento.

falas de militantes e voluntários, se essa última se refere a um tipo de ação ligada a uma preocupação individual, que não questiona as causas da desigualdade e da injustiça social que fazem necessária a caridade, a solidariedade indica uma prática consciente que leva em conta tais causas, ao passo que busca caminhos para sua superação. É através dessa perspectiva que as ações das cozinhas comunitárias podem ser consideradas como práticas socioespaciais de resistência, tal como elenca Ribeiro (2018). Para ela,

a resistência, considerada uma prática socioespacial, torna-se obrigatória, por ser uma prática que, no plano teórico, contesta e ao mesmo tempo impulsiona a produzir uma reflexão que supere o pensamento único. No plano do real, por sua vez, é a prática que sustenta os irredutíveis do ser humano diante da reiterada despossessão da riqueza produzida socialmente (RIBEIRO, 2018, p. 54).

É neste sentido, que nesse texto se fazem presentes três cozinhas comunitárias organizadas por movimentos sociais de luta por moradia, terra e trabalho. Segundo Abers e Büllow (2011, p. 53), “nas últimas três décadas, os movimentos sociais têm sido compreendidos como uma forma de ação coletiva sustentada, a partir da qual atores que compartilham identidades e solidariedades enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais dominantes”. Se essa definição ainda é bastante pertinente, as autoras apontam que a mesma exclui uma sorte de movimentos e uma multiplicidade de “atores e organizações, caracterizados não tanto pela sua temática, mas sim pela sua luta comum por criar um espaço de liberdade comunicativa”. Por sua vez, através da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, elas apontam uma mudança paradigmática, do ator, ou seja, dos próprios movimentos, “para atrelá-la a um *lócus*, a sociedade civil” (ABERS e BÜLLOW, 2001, p. 56, grifo das autoras).

No caso das distribuições de marmitas e alimentos *in natura* para pessoas em situação de vulnerabilidade social, se coloca um campo cujas ações são exercidas por diversos tipos de organizações sociais. Além dos movimentos sociais citados, estão presentes também diversas ONG's, associações independentes, entidades religiosas, como igrejas evangélicas, entidades paroquiais e terreiros de umbanda, restaurantes e até mesmo microempresários e figuras públicas da cidade. Se por um lado essa amplitude ecoa a dobra teórica citada por Abers e Büllow, por outro, a experiência propiciada na pesquisa em curso aponta que seria um erro incluir todas essas ações sobre uma mesma alcunha, seja como “sociedade civil organizada”, ou outra qualquer. Através do conceito de prática socioespacial de resistência (RIBEIRO,

2018), percebe-se que um mesmo tipo de ação pode ser (e é) exercida de maneiras distintas, colaborando potencialmente em maior ou menor grau para a superação (ou ainda a manutenção) das relações de desigualdade e injustiça social. Espera-se que esse pequeno texto, através do tensionamento entre “a crise e a crítica”, contribua para essa discussão, tão cara ao pensamento geográfico atualmente.

## **2 COTIDIANO E PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DE RESISTÊNCIA**

Praticamos o espaço enquanto o vivemos. No entanto, a despeito da aparente banalidade do termo, a prática espacial, ou socioespacial, já que nos referimos sempre a um espaço produzido e compartilhado pela e por uma sociedade, se coloca, como aponta Lefebvre (2013), como uma das três dimensões primordiais da produção do espaço. À prática espacial, soma-se as representações do espaço, “conhecimentos, signos, códigos e relações frontais” (LEFEBVRE, 2013, p. 92, trad. nossa) que se vinculam ao modo como o espaço é concebido, de acordo com o modo de produção dominante e os espaços de representação, de caráter disruptivo e que “expressam (com ou sem codificação) simbolismos complexos ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social” (LEFEBVRE, 2013, p. 92, trad. nossa).

Assumida a contradição dialética entre as representações do espaço e os espaços de representação, o que se expressa na própria nomenclatura escolhida, Lefebvre identifica as práticas espaciais ao mesmo tempo como elemento de sustentação da cotidianidade hegemônica, quanto de superação dela. Mais que simplesmente um conjunto de ações, a prática espacial “assegura a continuidade no seio de uma relativa coesão”, que “implica por sua vez, um nível de competência e um grau específico de performance” (LEFEBVRE, 2013, p. 92, trad. nossa), dotado de um ritmo, ou de um conjunto de ritmos, que podem ser mais ou menos sincrônicos, cíclicos ou lineares (LEFEBVRE, 2004). Segundo Stavrides (2016b, p. 33, trad. nossa), “as práticas, como séries de atos interrelacionados, estão definidas pelo seu tempo, pelo modo em que se movimentam no tempo, pelas formas que empregam e reproduzem simultaneamente”.

Embora Souza (2010, n.p.) reconheça que todas as ações do ser-humano são diretas ou indiretamente ligadas à dimensão espacial da sociedade, segundo o geógrafo, algumas dessas práticas “se acham forte e diretamente impregnadas dessa dimensão, em aspectos que vão da identidade à organização”, constituindo o que denomina como “práticas espaciais, as quais são

‘práticas sociais densas de espacialidade’” (SOUZA, 2010, n.p.). Embora o autor abertamente não abranja a complexidade do termo, tal como concebido por Lefebvre (2013), indica, assim como o filósofo francês, que “as práticas espaciais, tem servido, obviamente, tanto à dominação, à coerção (...), quanto a emancipação, à autodeterminação, à autodefesa legítima” (SOUZA, 2010, n.p.).

Ribeiro (2018, p. 56) escreve que a prática socioespacial se associa à escala do corpo e “ao substrato sensorial, aos gestos, à percepção que se tem do mundo exterior, isto é, ao espaço percebido”. É exatamente a ligação íntima com o corpo, tão caro aos espaços de representação, quanto negado ou substituído por imagens no espaço concebido, que faz a prática espacial contraditória por natureza. Essa se coloca como “um momento de emprego do tempo e de uso dos lugares” (RIBEIRO, 2018, p. 56), mas como aponta Lefebvre (2013), um emprego que pode ser tanto de reprodução quanto de disrupção. É no entranhamento com a resistência cotidiana que a prática socioespacial se aproxima desse último. Segundo Ribeiro (2018, p. 56),

para continuar como habitante, o indivíduo torna a resistência uma dimensão obrigatória do ato de viver e, portanto, transforma-a em prática socioespacial. Como ressaltado por Lefebvre, a prática “(...) se vive antes de se conceber”, sendo um momento de emprego do tempo e de uso dos lugares. Dessa maneira, a prática da resistência restitui, momentaneamente, a apropriação, no ato de empregar espaços-tempo de uso improdutivo e de afrontar, com frequência, normas, códigos de interditos legitimados pela propriedade privada. (...) A expropriação, chegando ao limite do corpo, da sobrevivência em seu sentido estrito, seja através da usurpação de meios de vida materiais, seja através da subtração do lúdico e do tempo lento e cíclico, transforma esta relação com o mundo exterior em algo insuportável, e a resistência emerge como sobrevivência.

Assim, “compreender a resistência como prática socioespacial é um meio de retomar e dar sentido à proposta de um pensamento-ação, que é aquele que pretende pôr em relevo os resíduos que podem conter o possível” (RIBEIRO, 2018, p. 63), de modo que o horizonte de transformação real e concreta da realidade coaduna também com a reprodução do humano em sua totalidade, ou como Lefebvre (2013) escreve, do “homem-total”. Dessa maneira, as práticas espaciais de resistência operam no negativo do hegemônico, embora seja um erro admitir aqui um tipo de resistência pura, como nos indica Carvalho (2000), ao apontar a relação dialética entre resistência e conformismo. Tal dialética está presente também no cotidiano, arena das práticas espaciais. Seguindo o entendimento de Lefebvre (1992), ao mesmo tempo que a vida cotidiana sustenta a reprodução da cotidianidade hegemônica, ali também se encontram as condições concretas da resistência. Nas palavras de Carvalho (2000, p. 26),

a vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos homens singulares que, por seu turno, criam a possibilidade da produção social. Isso significa que, na vida cotidiana, o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo e reproduz indiretamente a totalidade social.

Dessa maneira, a resistência encarada enquanto prática cotidiana assume um papel disruptivo que pode ir além da imediata manutenção das condições de sobrevivência. Relembrando as ideias de Agnes Heller, Martins (2000, p. 63-64) escreve que “só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível àquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável”. A relação entre o possível-impossível, se liga aqui a ideia de atual-virtual, isto é, entre o que é imposto pelas condições de vida vigentes e o que é possível de ser criado em um horizonte futuro.

Se a condição atual presentifica e aumenta os impactos da fome, o *possível*, na prática espacial realizada pelas cozinhas, se coloca como matar a fome de quem não tem o que comer. O *virtual*, por sua vez, é a possibilidade dentro do possível, horizonte utópico, mas que necessita ser constantemente praticado, já que existe como gérmen dentro do atual. No nosso caso, se impõe como o momento onde todos tenham o que comer. Ao sublinhar a tensão existente entre o possível-impossível e o atual-virtual na vida cotidiana, concordamos com Hardt e Negri (2016, p. 282), quando escrevem que “a multidão dos pobres inventa estratégias de sobrevivência, encontrando abrigo e produzindo formas de vida social, constantemente descobrindo e inventando recursos do comum através de circuitos expansivos de encontros”.

Em outro trecho desse mesmo livro, Hardt e Negri (2016) elaboram uma teoria da resistência através da biopolítica foucaultiana. Segundo os autores, ao mesmo tempo que Foucault teoriza o poder enquanto um regime disciplinar através do conceito de biopoder, exprime um outro em relação a esse. Eles indicam que a “resistência é o termo que utiliza com maior frequência, mas que não captura exatamente o que tem em mente, pois a resistência como geralmente entendida, é por demais dependente ou subordinada ao poder que se opõe” (HARDT e NEGRI, 2016, p. 73). Assim, a saída proposta é assumir a resistência como “uma produção alternativa de subjetividade, que não só resiste ao poder como busca autonomia em relação a ele” (HARDT e NEGRI, 2016, p. 73). Dessa maneira, abordar a resistência enquanto prática socioespacial cotidiana significa entendê-la junto à “corrente menor” do biopoder, que “insiste

na vida como resistência, um outro poder de vida que luta por uma existência alternativa” (HARDT e NEGRI, 2016, p. 74).

Ao passo que a produção hegemônica do espaço, por sua inerente contradição, não deixa de produzir também espaços diferenciais, tem-se que a resistência como prática socioespacial pode adquirir diversas facetas, às vezes marcada por um momento efêmero, ou então por uma materialização mais ou menos consolidada. O fato é que, para as pessoas que são privadas do acesso a terra e moradia, o cotidiano se torna obrigatoriamente resistência. Nesse sentido, uma cozinha comunitária presente em um território periférico ou em uma ocupação urbana, ao estar completamente inserida na vida cotidiana das pessoas que participam e usufruem dela, é mais que um espaço de produção e preparo de refeições, é um lugar central para a manutenção da organização coletiva. Também as outras cozinhas que abordamos aqui são entendidas como lócus de experimentação política e pedagógica, como a experiência junto as mesmas nos têm mostrado.

### **3 AS COZINHAS E OS CONTEXTOS**

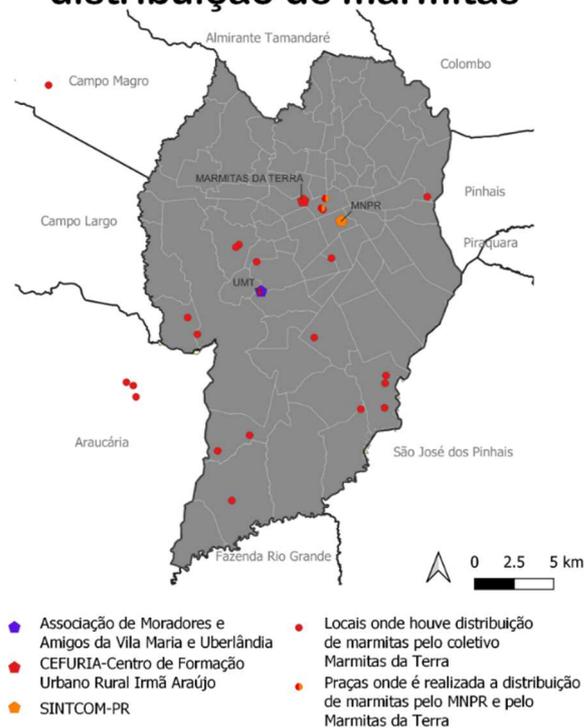
A primeira cozinha solidária que surgiu no contexto pandêmico, em Curitiba, foi a organizada pela sede local do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). A ação do MNPR se origina tendo como prioridade o fornecimento emergencial de alimentação para as pessoas em situação de rua, em vista do fechamento dos restaurantes populares e também do comércio em geral, onde tais pessoas costumam buscar alguma forma de sustento. Ela se localiza no bairro Rebouças, próximo ao centro da cidade, na sede do sindicato dos Correios. A distribuição, por sua vez, ocorre em duas praças centrais, a praça Rui Barbosa e a praça Tiradentes. Na figura 1, destacamos as localizações das cozinhas e também dos pontos de distribuição das marmitas.

A cozinha funciona quatro vezes por semana: às segundas, terças, quintas e sextas feiras, e devido ao seu caráter diário e cotidiano, aos poucos esse espaço foi se tornando um dos principais lugares de militância e atividade política do movimento (figura 2). Embora o MNPR seja organizado e mantido unicamente por pessoas que estão, ou que passaram por trajetória de rua, durante a atividade da cozinha, foi necessário abrir-se também para a participação de voluntários e apoiadores externos, tecendo laços com outras organizações. Mas também, cabe

destacar a aproximação com as próprias pessoas em situação de rua que encontraram na cozinha a possibilidade de buscar uma condição de vida melhor. Uma das maneiras que o coletivo encontrou para a manutenção da cozinha foi a partir da troca de um aluguel de um quarto no centro pela responsabilidade em ajudar no preparo das marmitas. Antes de insinuar críticas a essa estratégia, é importante citar que no começo das atividades, a maior parte da mão-de-obra era de voluntários externos ao movimento, mas com o passar do tempo, o grupo que mantém a cozinha diariamente foi se consolidando majoritariamente por pessoas em situação de rua, ou então que devido a participação nas atividades, puderam ter um teto, e em alguns casos voltar a estudar e ter projetos profissionais.

Figura 1 – Cartograma representativo com a localização das cozinhas solidárias e dos pontos de distribuição, em Curitiba

### Cozinhas Solidárias e locais de distribuição de marmitas



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Essa separação entre voluntários e militantes, embora funcionalmente e politicamente interessante no caso do MNPR, pois cria um lugar de protagonismo para pessoas duramente marginalizadas, também pode ser problemática. A experiência com as outras cozinhas, em

especial a do Marmitas da Terra apresenta uma outra maneira pela qual essa divisão é compreendida e praticada. Para isso, requer-se um tipo de inventividade política que se dá a partir da construção de um espaço comum. Nos interessa entender como tais dinâmicas colaboram para a expansão, e não para o enclausuramento dos espaços diferenciais. Para isso, é necessário entendê-los mediante a lógica das instituições de expansão do fazer-comum, tais como descritas por Stavrides (2016a). Segundo ele, quando a organização coletiva se volta para a manutenção do comum, e não para sua expansão, as práticas socioespaciais, compreendidas enquanto fazeres-comum “tendem a se tornar, nesses casos, práticas de proteção e manutenção da propriedade comum por decisões que excluem ‘estrangeiros’ e ‘outros’ (...) uma prática de privação coletiva” (STAVRIDES, 2016a, p. 123, trad. Nossa). Por outro lado, quando tais práticas são direcionadas para a expansão e o contato com outras pessoas e outros espaços que passam por dificuldades semelhantes, sua potência política e emancipatória se incrementam. Para isso é necessário estabelecer o comum, e os espaços comuns, como permanentemente abertos e em construção.

Ao passo que experiência urbana hegemônica impõe separação e autofechamento, também as identidades acabam “enquadradas espacial e temporalmente de acordo com práticas que transpõem uma experiência da cidade limitada na própria experiência de identidades divididas” (STAVRIDES, 2016b, p. 41, trad. nossa). Assim, quando um espaço como uma cozinha comunitária, através do trabalho coletivo, cria um campo de negociação entre identidades diferentes, colabora para a criação de “espaços de encontro entre identidades no lugar de espaços que correspondam a identidades específicas”. Nesse sentido, a prática emancipatória não se dá no “estabelecimento de uma nova identidade coletiva, senão como o estabelecimento dos meios para que se produza a negociação entre identidades emergentes” (STAVRIDES, 2016b, p. 58, trad. nossa). Ao passo que a inventividade coletiva advém tanto das dificuldades cotidianas compartilhadas quanto de espaços de encontro entre pessoas de realidade social distintas, pode-se assumir que as cozinhas comunitárias são duplamente potentes neste sentido. Dessa maneira,

se o fazer comum cria potenciais subjetividades políticas, é importante saber que tipo de relações sociais de fato abrem ou orientam essas subjetividades para sustentar e expandir o fazer-comum. Que tipo de práticas de relacionalidade social mantém o fazer-comum vivo e o emponderam a escapar das armadilhas do enclausuramento e do controle? (STAVRIDES, 2016a, p. 39).

Os espaços diferenciais, neste sentido, são as brechas que permitem essa experimentação. Dentre as quais, uma que se mostrou bastante interessante foi a cozinha organizada pelo núcleo de Curitiba do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), posteriormente constituindo o coletivo Marmitas da Terra. A cozinha e o coletivo nascem em meio às ações de solidariedade promovidas pelo MST no decorrer da pandemia, que consistiram primeiramente em organizar excedentes de assentados e acampados do movimento para doações nos centros urbanos. A partir dessa ação, alguns produtores de alimentos da Região Metropolitana de Curitiba sinalizaram que também gostariam de fazer doações, mas necessitavam da mão de obra para realizar as colheitas. E esse foi o embrião do coletivo “Marmitas da Terra”, originado tanto por integrantes do movimento quanto por voluntários externos, contando, após pouco mais de 1 ano de atuação com quase 200 pessoas envolvidas. Logo, passou-se a organizar uma cozinha coletiva para produção de marmitas a serem entregues de forma conjunta à cozinha do MNPR (figura 3).

Figuras 2 e 3 – Cozinha organizada pelo MNPR (à esquerda), localizada no Sindicato dos Correios (SINTCOM-PR) e cozinha organizada pelo coletivo Marmitas da Terra (à direita), localizada no Centro de Formação Urbano-rural Irmã Araújo (CEFURIA)



Fonte: acervo pessoal, 2020.

Quando a cozinha do Marmitas da Terra começa a ocupar um espaço próprio, no Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), em abril de 2020, assume-se a distribuição dos almoços no centro às quartas-feiras e também expande-se a mesma para outros espaços da periferia de Curitiba e Região Metropolitana. Nesse processo, a produção inicial de 400 marmitas passou para 1100 a cada quarta-feira, o que reflete também a capacidade do coletivo em agregar e manter um núcleo bastante consolidado de militantes, cerca de 190 atualmente, com um quarto aproximadamente que participa com regularidade das atividades.

Martins (2000, p. 46), se referindo aos vínculos de solidariedade comunitários exercidos em acampamentos e assentamentos do MST onde a modernização tecnológica e econômica vem “acompanhada de uma notável criatividade social”, escreve que

nos acampamentos, na fase de luta pela terra, acabam se ressocializando por força do convívio e dos enfrentamentos conjuntos com estranhos. Há aí, pois, um alargamento de horizontes e de convivência. (...) Em decorrência, nos assentamentos, a sociedade é literalmente reinventada, abrindo-se para concepções mais largas de sociabilidade, e ao mesmo tempo, fortalecendo as concepções ordenadoras da vida social proveniente do familismo antigo (MARTINS, 2000, p. 47).

Dessa forma, apesar de Carvalho (2000) identificar dentro do estado de bem estar-social a intensificação de valores caros à manutenção do sistema capitalista como a individualidade, passividade e desarticulação social, dentro dos territórios de luta do MST tal dinâmica de colaboração e solidariedade é não somente fomentada, mas necessária para a sobrevivência. Assim, nos últimos anos tem-se colocado em pauta a ampliação de tais práticas para territórios urbanos, externos ao movimento. Em uma conversa corriqueira com Roberto, jovem militante do MST que vive atualmente em uma ocupação urbana da Região Metropolitana de Curitiba, ele me conta, enquanto picamos tomates, que tal mudança estratégica aparece como resultado de uma avaliação do movimento em escala nacional, e que a aproximação de militantes do MST no território urbano vem nesse contexto, assim como o surgimento da cozinha comunitária e do coletivo “Marmitas da Terra”.

Não é exagero afirmar que a consolidação de um grupo engajado e mobilizado tornou possível a ampliação das atividades do coletivo para além da produção de marmitas. A partir da combinação de forças com organizações sindicais, com a Escola Latino-americana de Agroecologia e com camponeses do Assentamento Contestado (Lapa/PR), foram mobilizados três mutirões de ação concreta em territórios da periferia de Curitiba, onde foram plantadas duas hortas agroflorestais, no bairro Sabará, extremo oeste da cidade e na Vila Chacrinha, extremo Leste. Também foi construída uma cozinha comunitária na Ocupação Vila União, no bairro Tatuquara, na região sul de Curitiba. Tudo isso demonstra as potências de quando o fazer-comum não fica restrito, mas é fomentado a expandir-se.

Além dessas intervenções, outro espaço bastante importante para a pesquisa ainda em curso, e que esse trabalho faz parte, nasceu também a partir do coletivo “Marmitas da Terra”. Trata-se da cozinha organizada e mantida pela União de Moradores e Trabalhadores do Bolsão

Formosa (UMT), conjunto de vilas localizadas no bairro Novo Mundo, na região oeste de Curitiba (figura 4). Diferentemente das outras duas cozinhas relatadas acima, essa não realiza distribuição de marmitas, mas são os próprios moradores da comunidade que vão até ela com potes e panelas a serem enchidas.

Figura 4 – Cozinha organizada pela União de Moradores e Trabalhadores do Bolsão Formosa, localizada na Associação de Moradores e Amigos da Vila Maria e Uberlândia



Fonte: acervo pessoal, 2021.

Ao passo que funciona num espaço cedido pela associação de moradores, essa cozinha apresenta uma ligação mais íntima com as pessoas que nela se servem, em comparação com as outras duas, pois além da localização, também as pessoas que participam são também moradores e contam, além disso, com laços de familiaridade e amizade com outros que compartilham aquele lugar de vivência, que é o bairro ou a vila. Se o bairro “constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido” (MAYOL, 1996, p. 40), no caso das periferias urbanas, esse reconhecimento se dá, segundo D’Andrea (2013, p. 138-139), por meio do “sentir-se periférico”. Nas palavras dele, as múltiplas facetas que constituem a experiência periférica ganham

unidade por meio de uma autoatribuição, em princípio subjetiva, expressa no *sentir-se periférico* (...). Em certa medida, essa subjetividade ganha sentido porque expressa uma situação geográfico-social que se confronta com outras situações geográfico-sociais na cidade. (...) Desse modo, sentir-se periférico se expressa em uma gama variada de experiências de ordem prática que, mesmo não dando conta de todas as experiências possíveis, contribuíram para a formação de um sentido de pertencimento a uma situação social compartilhada.

Ao passo que Lefebvre (2013) define a centralidade como forma do urbano, a periferia é a expressão que escancara a distribuição desigual desse urbano. Para Damiani (2009), é a impossibilidade do urbano para todos. Nesse sentido, tanto as entregas realizadas nas praças do centro da cidade quanto nas vilas e ocupações periféricas atingem pessoas que tiveram o urbano negado de algum modo, seja pelo mais básico direito de habitação, ou de outros como mobilidade, trabalho e lazer. Assim, mesmo as distribuições de marmitas realizadas no centro de Curitiba, podem ser caracterizadas também como práticas de resistência periférica. Cabe ressaltar que mesmo nessas, grande parte das pessoas que recebem as marmitas são moradores de áreas periféricas que vem até o centro para tirar algum sustento com empregos informais e/ou precarizados, ou então que estão em busca de trabalho.

Nesse ponto a prática socioespacial de resistência adquire uma outra faceta que se forja nos desafios compartilhados por um grupo social, marcados pelas relações entre centro e periferia. Segundo D'Andrea (2013, p. 137), o termo periférico é apropriado pelas camadas populares de maneira a ressignificá-lo atribuindo um valor de reconhecimento comum, ao passo que “afirmar-se socialmente por meio da violência e da pobreza era, de partida, afirmar-se sobre um termo que buscaria uma mutação de sua característica original”. Se esses marcadores sociais são ainda bastante presentes e pertinentes, Barbosa (2017, p. 181), se referindo as favelas e as moradias populares, ressalta ser necessário reconhecer tais espaços como “potências inventivas do direito à cidade”, ao passo que “é com o recurso e o concurso de suas potências, e não de suas *carências e ausências*, que se devem inserir os grupos populares e seus territórios na agenda de exigibilidade da justiça territorial”.

Nesse cenário, insere a ideia de uma resistência urbana cotidiana periférica, que se caracteriza pelas condições de vida compartilhadas dentro das periferias das cidades, ou o que Magnani (2011 *apud* D'ANDREA, 2013) denomina como “habilidade para viver na quebrada”. É um tipo de “experiência compartilhada de percepção da urbe” marcada principalmente pela segregação socioespacial (D'ANDREA, 2013, p. 139). Certamente cada lugar e cada periferia, bem como cada história pessoal, guarda sua especificidade. Mas, ao passo que essa experiência compartilhada “é resultado de uma dada produção social do espaço urbano que se realiza numa sociedade capitalista” (D'ANDREA, 2013, p. 140), encontrar os pontos em comuns nas diversas práticas de resistência pode ser um caminho interessante para traçar possibilidades

conjuntas de superação. Ao caracterizar tais práticas como práticas de resistência periférica, assume-se a periferia como lugar de enunciação e autonomia política, indicando um momento quando a subjetividade periférica é utilizada politicamente. No caso das cozinhas, isso ocorre deslocando a periferia de um recorte territorial específico, e encarando-a relacionalmente como um modo de vida contra hegemônico em relação àquilo que é imposto pelo *centro*.

#### 4 COZINHANDO PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES

Segundo Souza (2010, n.p.) “as práticas espaciais insurgentes têm a ver, acima de tudo, com a ação direta”, e ressaltando o seu caráter contestador, obrigatoriamente devem ser envolvidas no bojo de uma luta real contra a “propriedade privada e os demais pilares da ordem socioespacial hegemônica”. Apesar de que “políticas públicas e instâncias participativas iniciadas e bancadas pelo Estado não podem, em si mesmas, claro está, ser consideradas insurgentes”, a luta institucional protagonizada por movimentos sociais, como é o caso do MNPR, ao se colocar ao mesmo tempo enquanto luta urbana, uma luta por direito à cidade, é travada concomitantemente na arena política representativa e nas praças e ruas da cidade. Pois, “afinal, tratar-se ia, nesse caso, dos dois lados (luta institucional e ação direta) de uma mesma moeda (a mobilização e organização emancipatória)” (SOUZA, 2010, n.p.).

Ressaltar como as diferentes dinâmicas organizativas e políticas dos movimentos sociais que estão nos *fronts* da luta urbana produzem práticas espaciais distintas é interessante não somente para compreender suas táticas e estratégias, mas para localizar as potencialidades “que abrem possibilidades, mas que também trazem riscos, entre os riscos está o do esgotamento prematuro de uma luta (e da desmobilização) (...). Para evitar isso, cumpre aproveitar e influenciar conjunturas, sem, contudo, perder-se no conjuntural” (SOUZA, 2010, n.p.). Assim, ao notar a capacidade mobilizadora do coletivo Marmitas da Terra, muito maior que as das outras cozinhas solidárias, é necessário questionar os motivos pelos quais tal mobilização se efetua, e especialmente, que espaços produzem nesse processo.

Souza nos lembra, junto com Lefebvre (2013) que “o poder não é exercido apenas no espaço (...), mas também através do espaço e por meio do espaço, isto é, por meio das formas do substrato espacial material (formas espaciais), das configurações territoriais e das imagens de ‘lugar’” (SOUZA, 2010, n.p.). Da mesma maneira, o espaço não é somente o que

experenciamos, mas o que imaginamos sobre ele, de modo que as “espacialidades (...) não apenas dão forma ao mundo social existente (...), senão também a mundos sociais possíveis, mundos capazes de inspirar ações e expressar sonhos coletivos” (STAVRIDES, 2016b, p. 15). Assim, ao passo que a “resistência (contrapoder, insurgência), é muito frequentemente exercida mediante processos de territorialização – ou seja, mediante o controle e a ocupação do espaço”, o modo de ação efetuado pelas cozinhas comunitárias citadas se associa às práticas espaciais insurgentes que se refere Souza (2010), isto é “práticas que se vinculam a uma perspectiva de transformação emancipatória da realidade socioespacial”.

Neste sentido, Souza propõe seis tipos gerais de práticas espaciais insurgentes, a saber: “territorialização em sentido estrito”; “territorialização em sentido amplo”; “refuncionalização/reestruturação do espaço material”; “ressignificação de lugares”; “construção de circuitos econômicos alternativos” e “construção de redes espaciais”. Como bem ressalta o autor, “as práticas espaciais referentes aos tipos acima elencados têm sido usualmente combinadas umas com as outras, no âmbito de estratégias socioespaciais” (SOUZA, 2010, n.p). Uma rápida incursão em torno dessa tipologia permite considerações interessantes, ainda que a nível de especulação, sobre como as cozinhas solidárias relatadas efetuam tais práticas e constroem suas estratégias socioespaciais.

A territorialização em sentido estrito ocorre quando há “‘apropriação’ e controle do espaço por meio ou com ajuda da presença física”, como é o caso de ocupações, piquetes e barricadas. Esse tipo de prática espacial aparece com mais força nas ações localizadas em espaços periféricos, como é o caso da cozinha comunitária da UMT, bem como nas localizadas em territórios ocupados por movimento de luta por moradia. No caso das cozinhas do Marmitas e do MNPR a apropriação se ressalta nos momentos de distribuição (Figura 5), onde se evidencia o que Souza denomina como “territorialização em sentido amplo”, isto é, quando “regras espaciais impostas pelo Estado são quebradas mediante símbolos provocativos e sem a presença física duradoura dos transgressores” (SOUZA, 2010, n.p). Cabe ressaltar a importância desse momento enquanto disputa discursiva no espaço público, o que se dá pela presença de pessoas que são invisibilizadas pela cidade hegemônica mas também pelos próprios movimentos, que tem a possibilidade de desconstruir ali imagens equivocadas à eles atribuídas, como é o caso da associação do MST como “guerrilheiros radicais” e “invasores de terras”.

Figura 5 e 6 – Distribuição de marmitas na Praça Rui Barbosa, em Curitiba



Fonte: acervo pessoal, 2021

A “refuncionalização do espaço material”, de modo que esse seja “adaptado a novas funções no transcurso da manutenção duradoura de territórios dissidentes” (SOUZA, 2010, n.p) pode ser caracterizada nas ações de construção coletiva de hortas e da cozinha empreendida por moradores e pelo coletivo Marmitas da Terra (Figura 7). Aqui a importância de uma horta coletiva para manutenção do território dissidente se coloca tanto na dimensão prática da sobrevivência e da soberania alimentar, mas também pelo fortalecimento de laços de coletividade e autonomia política. Desse modo, a refuncionalização do espaço caminha paralelamente com a reestruturação do mesmo, o que indica não somente uma adaptação funcional de acordo com as necessidades do coletivo que ali atua, mas também da construção de relações sociais duradouras que colaboram para a manutenção e expansão das práticas diferenciais e fazeres-comuns.

Figura 7 – Mutirão de construção da horta agroflorestal da Vila Chacrinha, no bairro Boqueirão, em Curitiba



Fonte: Nelson Orlando de Andrade, 2021.

A “ressignificação de lugares”, que leva em conta os aspectos simbólicos de um espaço, por sua vez, se expressa tanto de maneira efêmera nas praças, quanto de forma mais consolidada e cotidiana nas ocupações e vilas. Nos territórios periféricos, esse tipo de prática espacial insurgente parece encontrar bastante relação com a “territorialização em sentido estrito”, o que ganha mais força e potência quando imerso na vida cotidiana das pessoas que habitam esses lugares. É importante ressaltar, que nesses casos, a ressignificação dos lugares vem, muitas vezes, acompanhada também de uma ressignificação e do rompimento de estigmas pessoais e coletivos, um dos passos para a construção de identidades emancipatórias e para a manutenção de práticas insurgentes baseadas na organização coletiva (STAVRIDES, 2016a).

Por fim, a “construção de circuitos econômicos alternativos” ao mercado e às relações de produção capitalistas, bem como a criação de “redes espaciais”, isto é, de “estratégias multiescalares integrando várias ou mesmo muitas experiências de resistência local ou regional e seus respectivos territórios dissidentes” (SOUZA, 2010, n.p.), também podem ser facilmente identificadas nas ações das cozinhas comunitárias. Na verdade, talvez esses sejam dois aspectos pelos quais a ação do coletivo Marmitas da Terra, em especial, pode ser encarada como a mais potente em termos de contestação das relações de produção capitalista. Ao passo que não apenas os insumos utilizados na própria cozinha do Marmitas, mas também muito do que é distribuído para outras cozinhas comunitárias é resultado da produção coletiva nas hortas mantidas no Assentamento Contestado, se desenvolvem redes de colaboração entre territórios distintos, que se somam diversos acampamentos e assentamentos, também colaboradores de doações. Nesta vereda, efetuam o que Souza denomina como “política de escalas”, isto é,

a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (...) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis, por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados etc.) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças, etc) (SOUZA, 2010, n.p.).

Assim, o trabalho coletivo empreendido não apenas nas cozinhas comunitárias, mas também nas hortas e agroflorestas mantidas através do trabalho coletivo de militantes do campo e da cidade podem ser entendidas, como aponta Ribeiro (2018, p. 59), enquanto uma “prática de resistência primeira, forjada no âmbito do lugar e da vida cotidiana”. Mas ressaltando que, além disso, estas constroem estratégias de resistência, ou “estratégias socioespaciais” quando

se estendem “para uma escala mais ampla no encontro com o outro, que padece de situações de expropriação semelhantes” (SOUZA, 2010).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço tal como se coloca no modo de produção capitalista tem como um dos fundamentos a propriedade privada, o que se expressa tanto materialmente na definição do valor da terra urbana, quanto é responsável por criar subjetividades individuais e coletivas. Por esse motivo, para promover a emancipação com relação às lógicas que sustentam o sistema de exploração vigente, é necessário inventar novas formas de organização social que rompam com a dominação material e subjetiva da propriedade privada. Ao passo que “a pobreza da multidão não remete a sua miséria, privação ou mesmo carência, antes designando uma produção de subjetividade social que resulta num corpo político radicalmente plural e aberto” (HARDT e NEGRI, 2016, p. 56), as práticas espaciais insurgentes, ou de resistência, ao mesmo tempo que produzem espaços diferenciais, criam subjetividades coletivas alternativas ao domínio da propriedade.

Ao passo que, segundo Hardt e Negri (2016, p. 63), a caridade cristã pode ser encarada como uma “manobra prática” instituída pela república da propriedade, a perspectiva de uma solidariedade reflexiva, como pautada por Jodi Dean (1995) se coloca como uma poderosa maneira de fornecer mecanismos de desubjetivação em relação ao regime da propriedade. Pois enquanto a “atividade caritativa em favor dos pobres e sofredores” define-os “como objeto de piedade, e não como sujeitos dotados de poder” (HARDT e NEGRI, p. 63), a solidariedade reflexiva deve necessariamente ser praticada como um exercício de reconhecimento mútuo, fomentando espaços de integração social através da cooperação (DEAN, 1995, p. 128).

Assim, o interesse em fazer uma geografia das práticas espaciais insurgentes vai além de sua importância teórica, encarada como um diálogo frutífero entre a academia e os movimentos sociais, mas também podem auxiliar em propostas de intervenção na cidade, como os processos de “revitalização de baixo para cima”, tal qual identificado por Souza (2010) na ação do MTST. Mas mais do que isso, através da inventividade social, os grupos que produzem tais práticas fornecem um caminho alternativo tanto à privatização do espaço quanto a relegação de sua manutenção e autoridade ao poder público. Pois, “as comunidades em movimento criam

espaços comuns, espaços usados sobre condições decididas pelas comunidades e abertos a qualquer um que participe das ações e aceite as regras coletivamente acordadas” (STAVRIDES, 2016a, p. 165). Dessa forma, o exercício da potência de transformação social operada através do trabalho coletivo promovido pelas cozinhas comunitárias é aqui ressaltado, mas nem de perto encerra as possibilidades dialógicas que essas experiências proporcionaram e vem proporcionando a este que os escreve. Como aponta Ribeiro (2018, p. 62),

não é suficiente apenas localizar os conflitos e resistência sobre o terreno, mas é necessário entender como uma prática espacial impede a realização absoluta da lógica da mercadoria e produz um espaço diferencial (...). Nessa busca saímos da localização dos conflitos e processo de resistência no espaço para entender a prática de resistência como relação que produz (ou pode produzir) um espaço diferencial.

Neste sentido, entender as cozinhas comunitárias como espaços diferenciais significa ressaltar as potencialidades desses lugares sociais “para vivenciar e inventar a cidade como obra humana compartilhada” (BARBOSA, 2017, p. 186). Como aponta Ribeiro (2018, p. 59), “o lugar e a vida cotidiana são onde se assentam os fundamentos de uma resistência mais ampla e onde se constroem as possibilidades de politização dessas próprias práticas em outras escalas”. O que o espaço, material e relacional, ocasionado pelas trocas cotidianas na cozinha propicia é a demonstração prática que tanto a superação das dificuldades, quanto a possibilidade de uma melhoria de vida advém da organização coletiva. Criando brechas na cotidianidade hegemônica, as cozinhas comunitárias inserem uma maneira nova de relacionar-se uns aos outros e com a cidade que habitamos. Uma maneira na qual a solidariedade coletiva e reflexiva é a via de regra para as relações, compreendida como horizonte de convivência desejado para o futuro, mas ao mesmo tempo atualmente praticado, aos moldes de uma utopia experimental.

## REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, 2011, vol. 13, p. 52-84.

BARBOSA, Jorge Luiz. As favelas na reconfiguração territorial da justiça social e dos direitos à cidade in CARLOS, Ana Fani A.; PADUA, Rafael Faleiro de; ALVES, Glória Anunciação. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 179-187.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo, 2000.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo, 2013. Tese (doutorado em Sociologia) - FFLCH, Universidade de São Paulo.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e produção do espaço. **Revista Cidades**, v. 6 n.10, 2009.

DEAN, J. Reflective Solidarity. **Constellations**, v. 2, n. No 1, p. 114–140, 1995. Cambridge.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Editora Record, 2016.

LEFEBVRE, H. **Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **Rhythmanalysis: Space, time and everyday life**. A&C Black, 2004.

LEFEBVRE, H.; LOREA, I.; GUTIÉRREZ, E. (trad.). **La Producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto. 2009.

MAYOL, Pierre. O bairro in DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. A prática socioespacial da resistência in CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o estado, apesar do estado, contra o estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**, 2010, vol. 7, no 11.

STAVRIDES, Stavros. **Common space: The city as commons**. Zed Books Ltd., 2016a.

STAVRIDES, Stavros. **Hacia la ciudad de umbrales**. Ediciones Akal, 2016b.